

PFN 2006 / ESAF

PARTE GERAL

Assinale a opção falsa.

- a) Uma pessoa pode ter o gozo de um direito sem ter o seu exercício.
- b) A capacidade de gozo pressupõe a capacidade de exercício.
- c) A capacidade de gozo pode subsistir sem a capacidade de fato.
- ~~d) A lei confere personalidade jurídica material ao nascituro.~~
- e) A lei admite restrições ao exercício de certos direitos pelos estrangeiros.

AUDITOR FISCAL DO TRABALHO 2010 / ESAF

PARTE GERAL

Assinale a opção incorreta.

- a) As pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado são regidas, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelo Código Civil, salvo disposição em contrário.
- b) A existência civil das pessoas jurídicas de direito privado começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- ☒ c) Nos atos judiciais e extrajudiciais, as pessoas jurídicas serão representadas, ativa e passivamente, por quem os respectivos estatutos designarem, porém, não havendo designação estatutária, serão representadas pelos seus prepostos.
- d) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que, nessa qualidade, causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.
- e) A constituição das pessoas jurídicas de direito privado pode ser anulada, por defeito do ato respectivo, dentro do prazo decadencial de 3 anos, contado a partir da data da publicação de sua inscrição no registro.

PFN 2012 / ESAF

PARTE GERAL

Em relação aos defeitos do negócio jurídico, assinale a opção incorreta.

- a) O erro de indicação da pessoa ou da coisa, a que se referir a declaração de vontade, não viciará o negócio quando, por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a coisa ou pessoa cogitada.
- ☒ b) O dolo do representante legal de uma das partes só obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve; se, porém, o dolo for do representante convencional, o representado responderá subsidiariamente pelas perdas e danos suportados pelo terceiro prejudicado.
- c) A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens. Se disser respeito a pessoa não pertencente à família do paciente, o juiz, com base nas circunstâncias, decidirá se houve coação.
- d) Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta. Não se decretará a anulação do negócio, se for oferecido suplemento suficiente, ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito.
- e) O credor quirografário, que receber do devedor insolvente o pagamento da dívida ainda não vencida, ficará obrigado a repor, em proveito do acervo sobre que se tenha de efetuar o concurso de credores, aquilo que recebeu.

PFN 2007 / ESAF

PARTE GERAL

João, ante o incessante pedido de parentes para que venha a prestar fiança ou aval, passa, para pôr fim àquele “assédio”, seus bens para Pedro, seu amigo, fazendo com que não haja em seu nome lastro patrimonial, tornando-lhe impossível a prestação de qualquer garantia real ou fidejussória. Nesse caso hipotético, configurou-se

- a) simulação relativa subjetiva.
- b) reserva mental.
- c) simulação relativa objetiva.
- d) dolo principal.
- ~~e) simulação absoluta.~~

PFN 2006 / ESAF

PARTE GERAL

Assinale a opção correta a respeito de prescrição.

- ☒ a) A prescrição somente pode ser interrompida uma vez.
- ☐ b) A prescrição atinge as ações pessoais que protegem os direitos a uma prestação.
- ☐ c) A interrupção da prescrição promovida por um credor aproveita aos demais.
- ☐ d) O juiz não pode decretar de ofício a prescrição, mesmo para favorecer a absolutamente incapaz.
- ☐ e) Antes de consumar-se a prescrição pode haver renúncia expressa ou tácita por parte do interessado.

PFN 2007 / ESAF

PARTE GERAL

Assinale a opção incorreta.

- ☒ a) Prescreve em cinco anos a pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela.
- b) O prazo de decadência pode ser estabelecido pela lei ou pela vontade unilateral ou bilateral.
- c) É prazo decadencial o de dez dias para a minoria vencida impugnar alteração de estatuto de fundação.
- d) Somente depois de consumada a prescrição, desde que não haja prejuízo de terceiro, é que pode haver renúncia expressa ou tácita por parte do interessado.
- e) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua correr contra seu sucessor, a título universal ou singular, salvo se for absolutamente incapaz.

AUDITOR FISCAL DO TRABALHO 2010 / ESAF

PARTE GERAL

Entre as principais diferenças entre prescrição e decadência aponte, nas opções a seguir, aquela que não é verdadeira.

- a) Na prescrição, o direito material extingue-se por via reflexa: perde-se o direito à ação para pleiteá-lo e, portanto, não se consegue exercer o direito material; na decadência, perde-se o próprio direito material, por não se ter utilizado tempestivamente da via judicial adequada para pleiteá-lo.
- b) A prescrição tem origem na lei; a decadência, na lei e no negócio jurídico.
- c) A prescrição é renunciável, a decadência é irrenunciável, quando fixada em lei.
- d) A prescrição abrange, via de regra, direitos patrimoniais; a decadência abrange direitos patrimoniais e não patrimoniais.
- ~~e) A prescrição não pode ser impedida, suspensa nem interrompida, exceto por disposição legal em contrário; a decadência é passível de suspensão e interrupção.~~

AUDITOR FISCAL DO TRABALHO 2010 / ESAF

PARTE GERAL

A propósito do negócio jurídico, todas as assertivas abaixo são verdadeiras, exceto:

a) segundo a doutrina alemã dos pandectistas, a expressão negócio jurídico é aplicável ao ato jurídico criador de direitos e obrigações, enquanto ato jurídico se aplica aos demais atos.

~~b)~~ no silêncio de uma das partes, entende-se que ocorreu anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e for necessária declaração expressa de vontade.

c) o Código Civil de 2002 introduziu a distinção entre negócio jurídico e ato jurídico no direito pátrio, dividindo os fatos jurídicos em negócios jurídicos, atos jurídicos lícitos e atos jurídicos ilícitos.

d) no direito brasileiro, a distinção entre negócio jurídico e ato jurídico não tinha maior significado durante a vigência do Código Civil de 1916.

e) na interpretação dos negócios jurídicos, importa mais a intenção das partes do que o sentido literal da linguagem, porém, quando os negócios jurídicos forem benéficos ou consistirem em renúncia, deverão ser interpretados restritivamente.

PFN 2012 / ESAF

OBRIGAÇÕES

Em relação ao direito das obrigações, marque a opção correta.

- a) Se a coisa restituível se deteriorar sem culpa do devedor, recebê-la-á o credor, tal qual se ache, sem direito a indenização; se por culpa do devedor, resolver-se-á a obrigação pelo pagamento do valor equivalente.
- b) Se um dos credores remitir a dívida, a obrigação não ficará extinta para com os outros; mas estes só a poderão exigir, descontada a quota do credor remitente, critério esse que se observará apenas nos casos de transação e compensação.
- c) Se um dos credores solidários falecer, deixando herdeiros, cada um destes só terá direito a exigir e receber a quota do crédito que corresponder ao seu quinhão hereditário, ainda que se trate de obrigação indivisível.
- ☒ d) O devedor pode opor ao cessionário as exceções que lhe competirem, bem como as que, no momento em que veio a ter conhecimento da cessão, tinha contra o cedente. Salvo estipulação em contrário, o cedente não responde pela solvência do devedor.
- e) O terceiro não interessado, que pagar a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar; mas não se sub-roga nos direitos do credor, salvo se o pagamento ocorreu antes do vencimento e sem o conhecimento do devedor.

PFN 2007 / ESAF

OBRIGAÇÕES

“A” deve entregar uma jóia de valor correspondente a R\$ 90.000,00 a “B”, “C” e “D”, tendo “B” remitido o débito, “C” e “D” exigirão a jóia, mas deverão indenizar “A”, em dinheiro (R\$ 30.000,00) da parte que “B” o perdoou. Tal ocorre porque a obrigação em tela, produz esse efeito por ser

- a) solidária ativa.
- ~~b) indivisível.~~
- c) divisível.
- d) solidária mista.
- e) solidária passiva.

PFN 2007 / ESAF

CONTRATOS

Indique a opção correta.

- a) A teoria da agnição reputa perfeito o contrato no momento em que o ofertante tem ciência da aceitação do oblato, visto que não se pode dizer que exista um acordo de vontades e, portanto, um consentimento recíproco a respeito de um negócio jurídico contratual que se pretende realizar, sem que o proponente e aceitante conheçam a vontade um do outro.
- b) A função social do contrato, dirigida à satisfação de interesses sociais elimina o princípio da autonomia contratual.
- ☒ c) No direito brasileiro repellido está o individualismo, pois nítida é a função institucional do contrato, visto que limitada está a autonomia da vontade pela intervenção estatal, ante a função econômico-social daquele ato negocial, que o condiciona ao atendimento do bem comum e dos fins sociais.
- d) No contrato aleatório emptio rei speratae um dos contratantes, na alienação de coisa futura, toma a si o risco relativo à existência da coisa, ajustando um preço, que será devido integralmente, mesmo que nada se produza, sem que haja dolo ou culpa do alienante.
- e) A cláusula solve et repete não se caracteriza como uma renúncia à exceção ao contrato não cumprido.

PFN 2006 / ESAF

CONTRATOS

A propósito dos contratos, assinale a opção falsa.

- a) Nos contratos de seguro de pessoas o segurador não se sub-roga nos direitos do segurado.
- b) É válida a instituição da companheira de homem casado, separado de fato na data da contratação, como beneficiária do seguro.
- c) Pode-se estipular fiança sem o consentimento do devedor ou contra a sua vontade.
- d) É nula a cláusula contratual que exclui o pagamento do capital por suicídio do segurado.
- ~~e) No seguro de pessoa admite-se transação para pagamento inferior ao capital segurado.~~

PFN 2007 / ESAF

CONTRATOS

O locador tem direito de exigir do locatário, na locação de prédio urbano, uma das seguintes garantias:

- ~~a)~~ caução em dinheiro, caução em bens móveis ou imóveis, garantia fidejussória, seguro de fiança locatícia e cessão fiduciária de quotas de fundo de investimento.
- b) seguro de fiança locatícia, cessão fiduciária de quotas de fundo de investimento e caução em bens móveis ou imóveis.
- c) cessão fiduciária de quotas de fundo de investimento, fiança e caução em dinheiro.
- d) caução em dinheiro, fiança e caução em bens móveis ou imóveis.
- e) garantia fidejussória, penhor, hipoteca, caução em dinheiro e seguro de fiança locatícia.

PFN 2012 / ESAF

CONTRATOS

O artigo 482 do Código Civil dispõe que “a compra e venda, quando pura, considerar-se-á obrigatória e perfeita, desde que as partes acordem no preço e no objeto”. De acordo com a legislação pertinente, relativa a contratos, assinale a opção incorreta.

- ~~a)~~ A parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, porém, no primeiro caso, a indenização por perdas e danos.
- b) Se no contrato as obrigações couberem a apenas a uma das partes, poderá ela pleitear que a sua prestação seja reduzida, ou alterado o modo de executá-la, a fim de evitar a onerosidade excessiva.
- c) A compra e venda pode ter por objeto coisa atual ou futura. Neste caso, ficará sem efeito o contrato se esta não vier a existir, salvo se a intenção das partes era de concluir contrato aleatório.
- d) Não obstante o prazo ajustado para pagamento, se antes da tradição o comprador cair em insolvência, poderá o vendedor sobrestar a entrega da coisa, até que o comprador lhe dê caução de pagar no tempo ajustado.
- e) O consignatário não se exonera da obrigação de pagar o preço se a restituição da coisa, em sua integridade, se tornar impossível, ainda que por fato a ele não imputável.

PFN 2006 / ESAF

REAIS

Adquire-se a posse:

- a) pelo próprio interessado, seu representante ou procurador, terceiro sem mandato e pelo constituto possessório.
- ~~b) pelo próprio interessado, seu representante ou procurador, terceiro sem mandato (dependendo de ratificação) e pelo constituto possessório.~~
- c) pelo próprio interessado e pelo constituto possessório.
- d) pelo próprio interessado, seu representante ou procurador (dependendo de ratificação), terceiro sem mandato e pelo constituto possessório.
- e) pelo próprio interessado, seu representante ou procurador e por terceiro sem mandato (dependendo de ratificação).

PFN 2006 / ESAF

REAIS

São requisitos da usucapião pro labore (§ 4º do art. 1.228 do CC/2002):

- a) posse, por mais de cinco anos, de área traduzida em trabalho criador de um considerável número de pessoas, considerado de interesse social e econômico relevantes reconhecidos pelo Poder Executivo.
- b) posse ininterrupta e de boa-fé por mais de dez anos de uma extensa área, traduzida em trabalho criador de um considerável número de pessoas, concretizado em construção de moradia.
- ~~c) posse por mais de cinco anos de uma extensa área, traduzida em trabalho criador de um considerável número de pessoas, concretizado em construção de moradia ou investimentos de caráter produtivo ou cultural assim considerados pelo juiz .~~
- d) posse por mais de dez anos de área traduzida em trabalho criador de um considerável número de pessoas, de interesse público, econômico e social relevantes.
- e) posse, por mais de cinco anos, de área traduzida em trabalho criador de um considerável número de pessoas, concretizado em construção de moradia ou investimentos de caráter produtivo ou cultural.

PFN 2012 / ESAF

REAIS

Os direitos reais estão divididos em direitos reais sobre a própria coisa e direitos reais sobre a coisa alheia. Nestes se incluem os institutos do penhor, da hipoteca e da anticrese, que são os direitos reais de garantia. Relativamente aos direitos reais de garantia, marque a opção incorreta.

- a) O credor hipotecário e o pignoratício têm o direito de executar a coisa hipotecada ou empenhada, e preferir, no pagamento, a outros credores, observada, quanto à hipoteca, a prioridade no registro.
- b) O credor anticrético tem o direito a reter em seu poder o bem, enquanto a dívida não for paga; extingue-se esse direito decorridos quinze anos da data de sua constituição.
- c) O penhor de crédito não tem eficácia senão quando notificado ao devedor; por notificado tem-se o devedor que, em instrumento público ou particular, declarar-se ciente da existência do penhor.
- d) É lícito aos interessados fazer constar das escrituras o valor entre si ajustado dos imóveis hipotecados, o qual, devidamente atualizado, será a base para as arrematações, adjudicações e remições, dispensada a avaliação.
- ~~e) A hipoteca legal pode ser substituída por caução de títulos da dívida pública federal ou estadual, recebidos pelo valor de sua cotação média de mercado no ano corrente; ou por outra garantia, a critério do juiz, a requerimento do credor.~~

PFN 2007 / ESAF

REAIS

É direito do usufrutuário de:

- a) fazer despesas ordinárias e comuns de conservação dos bens no estado em que os recebeu.
- b) inventariar, a suas expensas, os bens móveis que receber, determinando o estado em que se acham e estimando o seu valor.
- ~~c) não ser obrigado a pagar deteriorações da coisa advindas do exercício regular do usufruto.~~
- d) autorizar a mudança da destinação econômica da coisa usufruída.
- e) aceitar a sub-rogação da indenização de danos causados por terceiro ou do valor da desapropriação no ônus do usufruto.

PFN 2007 / ESAF

RESPONSABILIDADE CIVIL

Quanto ao conteúdo da conduta culposa, a culpa poderá ser

- a) grave, leve ou levíssima.
- ~~b)~~ in committendo, in ommittendo, in eligendo, in vigilando ou in custodiendo.
- c) in abstracto ou in concreto.
- d) aquiliana ou juris et de jure.
- e) contratual ou extracontratual.

PFN 2006 / ESAF

RESPONSABILIDADE CIVIL

Constituem caso de responsabilidade civil por ato de outrem, exceto

- a) os pais, pelos filhos menores que estiverem sob seu poder e companhia, mesmo se comprovado que agiu de maneira incensurável quanto à vigilância e educação do menor.
- b) o tutor ou curador, pelos atos praticados pelos pupilos e curatelados, tenha ou não apurado sem culpa.
- c) o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho ou por ocasião dele.
- ~~d) os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, menos para fins de educação, pelos seus hóspedes e moradores, havendo, ou não, culpa in vigilando e in eligendo.~~
- e) os que houverem participado nos produtos do crime, mesmo os que não participaram do delito mas receberam o seu produto.

AUDITOR FISCAL DO TRABALHO 2010 / ESAF

RESPONSABILIDADE CIVIL

Assinale a única opção falsa.

- ☒ a) Como consequência econômica da adoção da teoria do risco profissional, deve ser observado que o ressarcimento dos danos deve ser tão amplo como no caso da indenização pelo direito comum, pois o risco cobre todo o dano causado pelo acidente.
- b) A teoria do risco profissional reflete a evolução da teoria do risco, consistindo na responsabilidade fundada nas circunstâncias que cercam determinada atividade e nas obrigações oriundas do contrato de trabalho, sem levar-se em conta a culpa do empregador ou a do empregado.
- c) A teoria do risco consiste na consagração da responsabilidade do empregador, no caso de acidente do trabalho, baseada não na culpa, mas no contrato de locação de serviços; ao contratar, o empregador assume a responsabilidade contratual.
- d) As indenizações relativas ao risco profissional são pagas mediante tabelas previamente determinadas, catalogadas pelos institutos oficiais de Previdência Social e seus valores são fixados em patamares mais módicos, segundo o tipo de infortúnio.
- e) A teoria do dano objetivo consagra a tese de que o dano deve ser reparado, independentemente da comprovação da culpa.

PFN 2007 / ESAF

LINDB

As obrigações convencionais e as decorrentes de atos unilaterais, se interjurisdicionais, desde que efetuadas entre presentes, reger-se-ão:

- a) quanto à forma intrínseca pela *ius loci actus* e quanto à capacidade das partes pela lei da nacionalidade.
- b) quanto à forma intrínseca e extrínseca pela *locus regit actum* e quanto à capacidade das partes pela *lex fori*.
- c) pela *lex fori*.
- ~~d)~~ quanto à forma *ad probationem tantum* e *ad solemnitatem* pela lei do local de sua constituição e quanto à capacidade pela lei domiciliar das partes.
- e) quanto à forma extrínseca pela *lex fori* e quanto à capacidade das partes pela *locus regit actum*.

PFN 2007 / ESAF

LINDB

Assinale a opção falsa.

- a) Uma das regras norteadoras do emprego do processo interpretativo teleológico seria: deve-se conferir ao texto normativo um sentido que resulte haver a norma regulado a espécie a favor e não em prejuízo de quem ela visa proteger.
- ☒ b) O fundamento da analogia não está na igualdade jurídica, já que o processo analógico constitui um raciocínio baseado em razões relevantes de similitude, fundando-se na identidade de razão, que é o elemento justificador da aplicabilidade da norma a casos não previstos, mas substancialmente semelhantes.
- c) O art. 5º da Lei de Introdução ao Código Civil permite corrigir a inadequação da norma à realidade fático-social e aos valores positivados, harmonizando o abstrato e rígido da norma com a realidade concreta, mitigando o seu rigor, corrigindo-lhe os desacertos, ajustando-a do melhor modo possível ao caso emergente.
- d) Os meios de preenchimento de lacuna são indicados pela própria lei.
- e) O aplicador da norma deverá perscrutar as necessidades práticas da vida social e a realidade sócio cultural, sem olvidar a valoração objetiva.

PFN 2012 / ESAF

LINDB

Assinale a opção incorreta.

- a) A qualificação dos bens móveis ou imóveis e das relações jurídicas a eles concernentes rege-se pelo princípio da territorialidade, ou seja, pela *lex rei sitae*, sendo que a dos móveis sem localização permanente e a do penhor regula-se pela lei domiciliar de seu titular, seja ele proprietário ou possuidor.
- b) Os incapazes têm por domicílio o de seus representantes legais.
- ~~c) A validade extrínseca do testamento rege-se pela *lex domicilii* do de cujus e a intrínseca pela *lex loci actus*.~~
- d) A forma extrínseca dos atos e negócios jurídicos segue a *locus regit actum*, exceto nos executados no território nacional, aos quais se aplica a *lex loci solutionis*, quanto aos requisitos intrínsecos, exigindo-se o respeito à forma essencial requerida pela lei brasileira.
- e) A sucessão por morte ou ausência segue a *lex domicilii* do falecido ou desaparecido, vigente ao tempo de sua morte, pouco importando a sua nacionalidade, a natureza e a situação dos bens e a lei pessoal de seus herdeiros.

AUDITOR FISCAL DO TRABALHO 2010 / ESAF

LINDB

Sobre o efeito repristinatório, podemos afirmar que:

- a) a regra geral do vacatio legis, com os critérios progressivo e único, decorre do efeito repristinatório.
- b) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revogará a lei anterior quando regular inteiramente a matéria tratada na anterior.
- c) o legislador, derogando ou ab-rogando lei que revogou a anterior, restabelece a lei abolida anteriormente, independentemente de declaração expressa.
- d) a vigência temporária da lei decorre do efeito repristinatório que fixa o tempo de sua duração.
- ~~e) a lei revogadora de outra lei revogadora somente restabelece a velha lei, anteriormente abolida, quando expressamente declarado.~~